

A Nova Organização do Sistema Judiciário e a Jurisdição de Família e Menores

Rui do Carmo

Procurador da República

1. As razões da especialização. 2. A nova organização judiciária. 3. Passos necessários. 4. As particulares responsabilidades do Ministério Público

A ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho

Jorge Araújo e Gama

Procurador da República

Análise crítica da Lei nº 63/2013, de 27 de agosto; Um guia para a ação;
Propostas de solução

Críticas ao regime da capacidade de exercício da pessoa com deficiência mental ou intelectual – a nova conceção da pessoa com deficiência

Alexandra Chicharo das Neves

Procuradora da República

A partir da década de 70, as pessoas com deficiência surgiram como cidadãos com direitos iguais a todos os restantes, com direito a oportunidades iguais para o exercício pleno da cidadania, com direito à autonomia e à autodeterminação, passando a entender-se que a sociedade devia garantir às mesmas o pleno exercício e gozo dos direitos. Esta mudança de paradigma permite-nos criticar o ordenamento jurídico interno porque o

mesmo possui uma dimensão de discriminação, nomeadamente ao permitir a existência de pessoas que se encontram impedidas de exercer e gozar plenamente os seus direitos civis. Com efeito, permite questionar se as pessoas com deficiência, que têm constituído um grupo “invisível” e silenciado, não permanecem excluídas da sociedade.

(Im)parcialidade do juiz e Lei Tutelar Educativa.
O caso especial da aplicação da medida cautelar detentiva
– a lei, o TEDH e a rejeição de diminuição de garantias
no processo tutelar educativo

Júlio Barbosa e Silva

Magistrado do Ministério Público

A justiça juvenil tem assumido um papel crescentemente garantístico, sofrendo upgrades qualitativos.

No Caso Nortier contra a Holanda, quanto às garantias de um processo equitativo, é referido que “Grandes cuidados devem ser sempre levados a cabo para garantir que este direito não é diluído por considerações de reabilitação ou reforma. Estas são considerações que devem ser adicionais a todas as protecções processuais disponíveis.”

Por conseguinte, não se deve negar ao jovem algo que não se admite no julgamento de adultos, sendo que a discussão não pode passar por considerações vagas sobre os fins das medidas tutelares

O véu da evidência na justiça administrativa:
à procura do significado perdido do erro
manifesto de apreciação

Colaço Antunes

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Joana Costa e Nora

Juíza de Direito no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga

O texto oferece uma síntese lúcida e atual dos limites da figura da evidência no contencioso administrativo, reinterprestando o papel do juiz à luz da desocultação conceptual do erro manifesto de apreciação.

Uma visão panorâmica sobre as relações entre
os poderes judicial e executivo nos Estados Africanos
de Língua Oficial Portuguesa

Fernando Loureiro Bastos

Professor, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Fellow, Institute for International and Comparative Law in Africa, Faculty of Law, University of Pretoria

A análise das relações entre o poder judicial e o poder executivo é uma temática que não tem suscitado qualquer interesse relevante na literatura jurídica dedicada aos Estados africanos lusófonos. A questão merece ser objecto de uma atenção especial dado que os escassos dados disponíveis parecem conduzir à ideia de que a imagem de subalternização dos tribunais continua a ser a regra nos Estados africanos de língua oficial portuguesa.

The new structure of the judicial system and the Juvenile and Family Courts

Rui do Carmo

Public prosecutor

1. The grounds for specialization. 2. The new judicial organization. 3. Necessary steps. 4. The Public Prosecution Service's specific responsibilities

Special legal action to establish the existence of the employment contract

Jorge Araújo e Gama

Public prosecutor

Critical analysis of the law No. 63/2013 of 27 August; a guide for action; solution proposals

A critical analysis of the legal framework concerning the legal capacity of persons with mental or intellectual disabilities - the new concept of person with disabilities

Alexandra Chicharo das Neves

Public prosecutor

Since the 70's the people with disabilities arose as citizens with the same rights as everybody else, entitled to have equal opportunities for full citizenship, with the right to autonomy and self-determination. It was clear that society should ensure the full exercise and fulfillment of the rights of people with disabilities. This new paradigm allows us to criticize the domestic legal system because it has a dimension of discrimination,

namely, by allowing that there are people who are unable to fully exercise and enjoy their civil rights. We may, thus, question if people with disabilities, that have constituted an "invisible" silenced group, aren't still excluded from society.

The (im) partiality of the judge and the *Lei Tutelar Educativa* [Act on Educational Guardianship].

The special case regarding the use of detention on remand: the law, the European Court of Human Rights (ECHR) and the refusal to reduce the guarantees within the *processo tutelar educativo* (educational guardianship proceedings)

Júlio Barbosa e Silva

Public Prosecutor

The Juvenile Justice is playing an increasingly protective role and thus has been qualitatively upgraded.

In the case of *Nortier v. the Netherlands*, as regards requirements for a fair trial, it is said that "great care must always be taken to ensure that this entitlement is not diluted by considerations of rehabilitation or of reform. These are considerations which should be in addition to all the procedural protections available."

As a consequence juveniles shouldn't be denied what is not allowed in a trial involving adult offenders, but the discussion about the purposes of the protective measures must not be vague.

Problems associated with evidence within the framework
of the administrative justice: the quest for the lost meaning
of manifest error of assessment

Colaço Antunes

Full Professor at the Faculty of Law of the University of Oporto

Joana Costa e Nora

Judge of the administrative and fiscal court in Braga

This paper provides a clear and up-to-date summary of the limits of evidence in administrative proceedings by reinterpreting the judge's role in the light of the conceptual explanation of manifest error of assessment.

A global perspective on the relations between
the Judiciary and the Executive in the Portuguese
Speaking African States

Fernando Loureiro Bastos

Professor at the Faculty of Law of the University of Lisbon

Fellow, Institute for International and Comparative Law in Africa, Faculty of Law, University of Pretoria

The analysis of the relations between the Judiciary and the Executive is a topic of no special interest in the legal literature dealing with the Portuguese Speaking African States.

The issue deserves special attention given that the limited data available seem to lead to the conclusion that in the Portuguese Speaking African States, courts continue to be subordinate to the executive power.